

15.
GAP
DAF
DIGEF
SECINT
TES
GAI
A.M.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten marks and signatures at the top right.

REUNIÃO Nº: 22/2010 PROPOSTA Nº: 55/10/DAF/DIGEF
Realizada em: 2/12/10 DELIBERAÇÃO Nº: 453/10
ASSUNTO: ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2011

Handwritten signatures and initials on the right margin.

1. Nos termos do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresentam-se os documentos previsionais para o ano de 2011.
2. As Grandes Opções do Plano para 2011, apresentam o valor de 63.079.330 euros. Neste documento, estão reflectidos os Investimentos Municipais bem como as Actividades mais relevantes do Município para 2011, nomeadamente, nas áreas da Educação, Cultura e Desporto, Actividades Económicas, Acção Social, Saúde, Protecção Civil, Higiene e Limpeza, Cemitérios, Turismo e Ambiente, entre outras.
3. O valor do Orçamento é de 111.910.000 euros.
4. O Orçamento Municipal no Capítulo de Despesa, compreende, para além dos encargos resultantes das GOP's, todos os encargos de funcionamento.

No âmbito da receita, em termos correntes, este Orçamento prevê 72.473.893 euros e de receitas de capital 39.436.107 euros.

5. O presente Orçamento foi elaborado nos termos do classificador económico das receitas e despesas públicas para todos os subsectores do sector público administrativo nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

A metodologia para a elaboração do Orçamento obedece às regras previsionais dispostas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril.

6. Assim, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 e alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se:

- A aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011, em conformidade com os documentos em anexo;

O DIRECTOR DO DEPº: _____

O PROPONENTE: _____

APROVADA / REJEITADA POR: _____ Votos Contra; _____ Abstenções; _____ Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no Artº 92º, Nº 4 da Lei Nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA

O PRESIDENTE DA CÂMARA



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

- A autorização para a abertura dos procedimentos concursais necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos como necessidades no Mapa de Pessoal.
- Que a presente proposta, após aprovação pelo Órgão Executivo, seja remetida para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Handwritten notes and signatures on the right margin:
w. Am
u
J
J
R
P

O DIRECTOR DO DEP.º:

Handwritten signature of Pedro Santana

O PROPONENTE:

Handwritten signature of J. Doris Faria

APROVADA / REJEITADA POR: 4 Votos Contra; — Abstenções; 5 Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no Artº 92º, Nº 4 da Lei Nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA

Handwritten signature

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Handwritten signature of J. Doris Faria

Índice

	Páginas
1. Preâmbulo da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2011.....	2
2. Orçamento da Receita.....	7
3. Orçamento da Despesa com e sem Plano	13
4. Orçamento da Despesa por classificação económica	26
5. Orçamento da Despesa por classificação orgânica e económica.....	31
6. Grandes Opções do Plano.....	44
7. Anexos.....	69
7.1. Resumo do Orçamento	70
7.2. Resumo das Receitas e das Despesas.....	71
7.3. Mapa dos empréstimos para 2011.....	72
7.4. Mapa de Pessoal ao serviço do Município.....	73
7.5. Mapa do Pessoal em mobilidade geral na empresa concessionária Águas do Sado.....	99

Handwritten notes and signatures:
- Top right: A large handwritten signature or name.
- Middle right: A vertical line with several handwritten initials or marks.
- Bottom right: A handwritten signature, possibly "Rc".

Preâmbulo da Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2011

A elaboração e aprovação dos documentos previsionais do Município de Setúbal para o ano de 2011, surge numa conjuntura económico-financeira desfavorável que se mantém nos mercados financeiros em todo o mundo e que terá reflexos e consequências no próximo ano, na gestão do Município de Setúbal, assim como, pela concretização dos investimentos aprovados em termos de financiamento comunitário (QREN).

Anote-se que tal como se tem verificado nos anos anteriores, as Autarquias Locais vêem-se novamente confrontadas com a aprovação de nova legislação, decorrente da entrada em vigor do novo regime de taxas municipais, quanto à fundamentação económica e financeira daquelas e à obrigatoriedade da eliminação das taxas de utilização dos domínios público e privado para as empresas que oferecem redes e serviços de gás, que no caso do Município de Setúbal terá um impacto negativo na estrutura da receita municipal aproximadamente de 50 mil euros, comparativamente com o montante cobrado no ano de 2010.

Acresce que além desta medida, entre outras, a que se irá repercutir com maior impacto negativo no funcionamento da Autarquia resulta da proposta de Orçamento de Estado para 2011, que se encontra ainda em apreciação na Assembleia da República e que contém as seguintes medidas:

1. Redução do vencimento dos funcionários e agentes do Estado entre 5 a 10% da remuneração bruta;
2. Aumento do valor do IVA a aplicar às aquisições de bens e serviços e às empreitadas de obras públicas - o impacto desta medida corresponde a um aumento de cerca de 328 mil euros;
3. Restrição da contratação de pessoal pelos Municípios, o que poderá gerar a paralização de alguns sectores do Município ou a diminuição da qualidade de prestação do serviço com sobrecarga de trabalho para o número de trabalhadores disponíveis;
4. Congelamento das progressões e promoções dos funcionários e o reposicionamento obrigatório, em sentido contrário ao definido em legislação aprovada pelo Governo (vulgo, SIADAP) que pretende valorizar o desempenho de muito bom e excelente dos funcionários;

5. Diminuição dos montantes dos abonos (ex. de família) atribuídos às famílias com remunerações baixas, o que irá agravar a situação social e económica das mesmas, não tendo a Autarquia capacidade para fazer face às inúmeras situações que se esperam vir a ocorrer;
6. Diminuição da receita municipal obtida em sede de licenciamentos municipais;
7. Redução da receita arrecadada em sede de fundos municipais previstos no Orçamento de Estado para 2011, numa quantia de 1.142 mil euros, face ao Orçamento de Estado de 2010 e de 639.441 euros, face ao PEC aprovado em Junho de 2010;
8. Redução da receita cobrada em sede de impostos municipais (IMT, IMI e Derrama), sendo nesta data face a 2009, na ordem dos 2 milhões e 600 mil euros.
9. Aumento das taxas de prestação de serviços pelas entidades da Administração Central, designadamente, em sede de registos nas Conservatórias de Registo Predial, e elaboração de pareceres em sede de urbanismo, entre outras

Ora, tendo em conta quer as citadas repercussões legais, quer a manutenção das restrições à contratação de pessoal, ao endividamento municipal e à prestação de serviços, bem como as condições em que são concedidas isenções ou benefícios ao Estado por parte das Autarquias (designadamente, através da cedência de terrenos para equipamentos da Administração Central ou pela assunção de despesas de funcionamento de competências daquela, por ex. Julgado de Paz) e em que o Estado define isenções de impostos que são receita dos Municípios que se encontrará condicionada a actividade municipal e a satisfação das necessidades dos Municípios de Setúbal.

É neste quadro que elaboramos a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2011 do Município de Setúbal.

Porém, embora a situação económica e financeira que se verifica de forma global em todo o Mundo seja desfavorável não podemos deixar de proceder, por um lado, numa política de continuidade à efectiva contenção orçamental e financeira na actividade do Município e por outro lado, ao cumprimento das responsabilidades assumidas pelo Município em matéria de investimento, designadamente, em sede de QREN, no ano anterior.

Handwritten signatures and initials on the right margin:
- Top right: "Cof" and "Cof" with a checkmark.
- Middle right: "J" and "J" with a checkmark.
- Bottom right: "A" and "A" with a checkmark.

Esta proposta com uma dotação inicial de 111 milhões e 910 mil euros, representa um montante ligeiramente inferior em 676 mil euros relação ao Orçamento de 2010 (112 588 milhões de euros).

A única rubrica da Despesa, Corrente e de Capital que continua a apresentar crescimento nominal é a das Despesas com Aquisições de Bens e Serviços, por razões que a seguir se justificam, diminuindo as relativas às Despesas com Pessoal, Outras Despesas correntes, Transferências Correntes, Passivos Financeiros, Aquisições de Bens de Capital e Juros e outros encargos.

As Despesas com Pessoal (28 milhões 939 mil euros) têm uma redução de 177 mil euros em relação a 2010 (29 milhões 116 mil euros) de acordo com o POCAL. Refira-se que no valor previsto nas despesas de pessoal estão dotadas em conformidade com a nova legislação as situações de licença sem vencimento e a previsão de novas admissões constantes do Mapa de Pessoal em anexo.

As Despesas com Aquisição de Bens e Serviços (33 milhões e 289 mil euros) crescem em 8% (2 milhões e 741 mil euros) face a 2010 (30 milhões 548 mil euros), em resultado do aumento do custo das prestações de serviços efectuadas pelas empresas de tratamento de resíduos sólidos urbanos, limpeza e recolha de resíduos sólidos, para as refeições escolares (800 mil euros), entre outros serviços e o aumento da dívida face à diminuição da receita arrecadada como já se mencionou.

As Despesas com Juros (1 milhões 689 mil euros) diminuíram em 24% (421 mil euros) face ao ano anterior (2 milhões e 110 mil euros), devido ao valor baixo das taxas de juros na actual conjuntura sendo que as **amortizações** (4 milhões 645 mil euros) diminuíram em 5% (213 mil euros), face a ao ano anterior (4 milhões 858 mil euros).

Em matéria de **Aquisição de bens de capital** (34 milhões, 536 mil euros) podemos verificar que comparativamente com o ano anterior (36 milhões, 813 mil euros), se verifica uma diminuição de 7% (2 milhões 277 mil euros), dada a conjuntura económica vigente, embora existam diversos investimentos que se encontravam programados em termos de execução para 2010 e que passaram para 2011, mantendo-se a execução das candidaturas aprovadas pelo QREN e por outras entidades, como prioridade do

W. J. / a

J. J.

R.

f.
P.

executivo (18 milhões 500 mil euros) e o cumprimento do Plano Bienal com a concessionária Águas do Sado (4 milhões e 600 mil euros), entre outras.

No que concerne aos investimentos verifica-se que para o ano de 2011 está prevista a execução dos seguintes investimentos com importância para os municípios, em sede do Quadro de Referência Estratégico Nacional:

1. RESET- Programa de Regeneração Urbana do Centro Histórico (Círculo Cultural, Casa do Corpo Santo, Ninho das novas iniciativas empresarias, BAIRO DO Troino, Miradouro das Fontainhas;
2. PIVZRS- Programa Integrado de Valorização da Zona Ribeirinha (Mercado do Livramento, Casa da Baia, Praia da Saúde e a recuperação dos Largos da Fonte Nova e da Palmeira);
3. RUBE- Regeneração Urbana da Bela Vista e Zona Envolvente (recuperação dos espaços comuns no bairro da Bela Vista, Reabilitação da rede de combate a incêndios, reconversão das acessibilidades no Bairro da Alameda das Palmeiras; Reabilitação do Pólo da Biblioteca da Bela Vista, remodelação do campo municipal de futebol da Bela Vista, remodelação do complexo municipal das Piscinas das Manteigadas, Construção do Núcleo museológico urbano, construção e implementação do mercado social, reabilitação do centro multicultural, implementação de equipamento infantil na zona envolvente do Bairro das Manteigadas, eficiência de equipamentos públicos de utilização colectiva);
4. PROHABITA- recuperação de fogos de habitação social;
5. PIT- Centro de interpretação da Cidade Parque do Bonfim;
6. Construção da nova biblioteca municipal;
7. Projecto integrado de protecção civil e socorro;
8. Implementação do Plano de emergência do Centro Histórico
9. Recuperação e Valorização do Convento de Jesus.
10. Apetrechamento das Escolas e dos Pré-Ecolares.

Ora, tais investimentos, representam para 2011, cerca de 18 milhões e 500 mil euros, sendo a receita a arrecadar em termos de comparticipação de 4 milhões de euros do FEDER, ascendendo o esforço financeiro do Município a 14 milhões e 500 mil euros.

Convém ainda salientar a realização de **outros investimentos** que pela sua importância e valor a despender no próximo ano deverão representar cerca de 16 milhões de euros da despesa de capital prevista, designadamente, o pagamento das aquisições do Quartel do 11, da Casa da Cultura e do imóvel anexo ao Mercado do Livramento e as obras do Plano Bienal da concessão com as Águas do Sado.

Em termos agregados verifica-se que esta proposta de Orçamento Municipal para 2011, prevê um aumento da **Despesa Corrente de 1%** e **uma redução da Despesa de Capital de 4%** face à dotação inicial de 2010.

Do lado da **Receita** prevê-se de acordo com as regras previsionais previstas no POCAL, um montante de 30 milhões e 750 mil euros, representando face a 2010 (34 milhões 559 mil euros), uma diminuição de 12% (3.809 mil euros).

Relativamente às **Transferências do Orçamento de Estado** diminuiu o valor constante na proposta do Orçamento de Estado de 2011, de acordo com as regras previsionais do POCAL.

Complementarmente a esta proposta de Orçamento para 2011 é nosso propósito continuar a reduzir as despesas de funcionamento e de reestruturação dos serviços (outsourcing de impressão nas escolas, de equipamentos informáticos - quadros interactivos e redes wireless, redes de comunicações de dados e voz), bem como os principais contratos de concessão de serviços (tratamento de resíduos sólidos urbanos, limpeza e recolha urbana), certos de que é do interesse mútuo encontrar uma solução negocial que nos permita cumprir com as nossas responsabilidades financeiras.

Estes são objectivos de que estamos convictos e do apoio de todas as forças políticas com representação nos órgãos municipais, dado que só será possível ultrapassar as dificuldades económico-financeiras estruturais que este Município há muito vem enfrentando bem como a conjuntura económica e financeira vigente, quando for possível de forma duradoura resolver o défice que existe entre as receitas e as despesas que arrecadamos.

A Presidente da Câmara

Isidoro Pereira

un
ca
p
un
f
fu